



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL CAMPUS
DO PANTANAL

EDUARDO SOUZA GUARACHI

**A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS DINÂMICAS DE
DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO EM CORUMBÁ-MS**

CORUMBÁ-MS

2024

EDUARDO SOUZA GUARACHI

**A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS DINÂMICAS DE
DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO EM CORUMBÁ-MS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
apresentado à Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul – Campus do Pantanal como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Profª Drª. Vanessa Catherina
Neumann Figueiredo.

CORUMBÁ-MS

2024
EDUARDO SOUZA GUARACHI

**A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS DINÂMICAS DE
DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO EM CORUMBÁ-MS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação apresentado à
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do
Pantanal como requisito parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Psicologia.

Corumbá-MS, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a Ana Maria de Vasconcelos

Prof. Dr. Luis Fernando Galvão

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Jorge Alberto Soares Guarachi e Anete Aparecida Glória de Souza, por seu amor, apoio incondicional e dedicação à minha formação ao longo de toda a minha vida. Agradeço também à minha irmã, Mariane Souza Guarachi, e a todos os meus familiares que contribuíram direta ou indiretamente para que eu alcançasse este momento. Aos meus amigos, pela companhia e encorajamento em todas as etapas deste trabalho, minha sincera gratidão.

Registro também minha imensa gratidão à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Vanessa Catherina Neumann, por sua orientação, paciência e valiosas contribuições acadêmicas, que foram essenciais para a construção deste estudo. Sou grato também a todos os colegas do Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador da UFMS CPAN, por sua acolhida, apoio e troca de conhecimentos que enriqueceram minha formação e este trabalho.

RESUMO

Este estudo aborda a relação entre desemprego, precarização do trabalho e o modelo neoliberal, com foco na cidade de Corumbá-MS. A pesquisa explora como as dinâmicas de exclusão e a desvalorização do trabalho afetam a vida dos trabalhadores, destacando os impactos psíquicos e sociais das condições de trabalho precário e do desemprego oculto. Entendendo o desemprego oculto por trabalho precário presente na cidade, o objetivo deste trabalho foi avaliar como o modelo neoliberal, ao intensificar as dinâmicas de exclusão social e de precarização, impacta os trabalhadores de Corumbá-MS, gerando vulnerabilidades psíquicas e sociais. Com metodologia quantitativa, descritiva e exploratória, foram coletados dados empíricos de 80 participantes em situação de vulnerabilidade trabalhista. Os resultados revelam que a flexibilização das relações de trabalho e a internalização do discurso meritocrático intensificam a precarização e o sofrimento psíquico, gerando exclusão e desamparo social. O estudo destaca a necessidade de políticas públicas que promovam o trabalho digno, a ampliação do acesso à formação profissional e à qualificação educacional, e a valorização do trabalhador. Contribui para o debate acadêmico ao oferecer uma crítica à lógica neoliberal, propondo alternativas para a inclusão e a justiça social.

Palavras-chave: Desemprego. Precarização. Neoliberalismo. Sofrimento Psíquico. Políticas Públicas.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Método	9
3. Resultados e Discussão	10
4. Considerações Finais	27
Referências Bibliográficas	31

1. Introdução

O contexto socioeconômico brasileiro, especialmente em cidades de médio e pequeno porte, como Corumbá-MS, é profundamente marcado pelos efeitos das políticas neoliberais que, desde os anos 1980, promovem a flexibilização das relações de trabalho, a desregulamentação dos mercados e a privatização de serviços essenciais. Esse modelo econômico, caracterizado pela busca incessante de eficiência, competitividade e redução do papel do Estado, tem moldado as condições de vida de milhões de trabalhadores. A narrativa neoliberal enfatiza a meritocracia, propagando a ideia de que o esforço individual é suficiente para alcançar o sucesso, independentemente das desigualdades estruturais e dos contextos socioeconômicos adversos enfrentados por grande parte da população (GUIMARÃES JUNIOR et al., 2022).

Em um cenário global de crescente precarização, a cidade de Corumbá-MS representa um microcosmo das dinâmicas de exclusão social e econômica presentes em diversas regiões do Brasil. Com uma economia historicamente dependente de setores como mineração, pecuária e turismo, Corumbá-MS foi duramente impactada pela crise econômica que se intensificou com a pandemia de COVID-19. Estudos prévios realizados por Figueiredo e Reis Filho (2021) destacam que a precarização do trabalho e o desemprego severo na região evidenciam não apenas a fragilidade das políticas públicas locais, mas também a crescente vulnerabilidade psíquica de trabalhadores desamparados pela falta de suporte estatal. Esses trabalhadores enfrentam sentimentos de desamparo, tristeza e vergonha, intensificados pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e pela persistência do desemprego estrutural, fatores que refletem a ampla desproteção social e o impacto direto da lógica neoliberal em regiões periféricas como Corumbá-MS. Além disso, a análise dos dados empíricos revela que a precarização não apenas desestabiliza as condições materiais de vida, mas também rompe laços sociais e agrava a sensação de isolamento e de exclusão vivenciada por esses indivíduos. O fechamento de empresas e a retração econômica resultaram em uma alta taxa de desemprego, empurrando trabalhadores para ocupações informais e temporárias, sem garantias de estabilidade, segurança financeira ou direitos trabalhistas. O "desemprego oculto", termo utilizado para caracterizar aqueles que trabalham em condições precárias e que gostariam de mudar de situação, é uma realidade que reflete a falta de oportunidades formais e a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho (GARNICA et al., 2021).

O discurso meritocrático, amplamente difundido no contexto neoliberal, reforça a ideia de que o sucesso ou o fracasso de um indivíduo depende exclusivamente de seu esforço pessoal. Essa narrativa ignora as desigualdades estruturais que limitam o acesso à educação, saúde, qualificação profissional e outras condições fundamentais para a competitividade no mercado de trabalho. Assim, trabalhadores que não conseguem se inserir ou se manter em empregos formais são frequentemente responsabilizados por sua situação, o que contribui para a intensificação de sentimentos de desvalorização, culpa e isolamento social. A culpabilização individual, associada à precarização das condições de trabalho, revela-se um mecanismo de perpetuação das desigualdades sociais, agravando o sofrimento psíquico dos trabalhadores (NOVAES; CARVALHO, 2019).

Este artigo, derivado de uma pesquisa de Iniciação Científica que investigou o sofrimento psíquico dos trabalhadores desempregados em Corumbá-MS, tem como objetivo central analisar criticamente o impacto do modelo neoliberal e do discurso meritocrático nas experiências de desemprego oculto por trabalho precário. A pesquisa buscou compreender como as dinâmicas de exclusão e desvalorização são reproduzidas no mercado de trabalho, destacando as implicações sociais e psíquicas enfrentadas pelos trabalhadores. Nesse sentido, o estudo concentra-se em analisar as condições de precarização no trabalho informal, com ênfase nas questões ocupacionais e redes de apoio social, bem como os efeitos adversos que essas situações provocam na saúde mental dos indivíduos envolvidos (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021).

A relevância deste trabalho reside na necessidade de oferecer uma análise das condições de trabalho sob o modelo neoliberal, evidenciando como as políticas de desregulamentação e flexibilização afetam as populações mais vulneráveis. Ao investigar o impacto do discurso meritocrático, este estudo contribui para o debate acadêmico e social sobre as desigualdades no mercado de trabalho, apontando para a necessidade de políticas públicas inclusivas e eficazes que promovam a valorização do trabalho formal e a redução das desigualdades estruturais, como demonstrado por Alves et al. (2020).

Os dados coletados durante a pesquisa de Iniciação Científica revelaram que uma parcela significativa dos trabalhadores de Corumbá-MS encontra-se em situação de precarização ou desemprego oculto, o que implica em uma série de desafios sociais e econômicos. Muitos dos entrevistados relataram dificuldades para acessar o

mercado formal de trabalho devido à falta de qualificação profissional, e também a questões etárias. Essas barreiras estruturais, reforçadas pela lógica neoliberal, não apenas dificultam a reinserção dos trabalhadores no mercado, mas também geram sentimentos de desânimo, vergonha e ansiedade, com profundas consequências para sua saúde mental e bem-estar. Essa realidade é refletida nas implicações do neoliberalismo sobre os direitos humanos e a saúde mental, evidenciando a vulnerabilidade social dos trabalhadores (BRUZACA; SANTOS, 2024).

A análise proposta neste artigo busca evidenciar que o desemprego e a precarização não são meros reflexos de crises econômicas conjunturais, mas fenômenos estruturais enraizados em um modelo econômico que privilegia a competitividade e a eficiência em detrimento da proteção social e dos direitos dos trabalhadores. Ao focar nas experiências dos trabalhadores de Corumbá-MS, este estudo pretende lançar luz sobre as múltiplas dimensões do impacto do neoliberalismo na vida dos indivíduos, destacando a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social, a valorização do trabalho formal e a proteção dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade (SIQUEIRA et al., 2024).

2. Método

Este artigo adota uma metodologia quantitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em dados empíricos coletados durante uma pesquisa de Iniciação Científica realizada em Corumbá-MS. A pesquisa está vinculada ao projeto maior intitulado "Sofrimento psíquico e desemprego na pós-pandemia", sob a coordenação da professora Dr^a Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE). Agradecimentos especiais são direcionados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja bolsa possibilitou a realização da pesquisa, cujos dados são a base para esta análise.

O foco deste estudo são as condições precárias do trabalho em situações de desemprego oculto, examinando os impactos do modelo neoliberal e do discurso meritocrático na vivência dos trabalhadores. A amostra desta pesquisa conta com 80 participantes, divididos entre a Casa do Trabalhador (70%) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Corumbá-MS (30%), esta análise concentra-se em compreender as experiências de desemprego oculto. Os participantes eram

trabalhadores envolvidos em atividades informais, instáveis, e em busca de reinserção no mercado formal.

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos principais, previamente definidos no projeto maior: um questionário sociodemográfico, utilizado para levantar informações sobre variáveis como idade, gênero, escolaridade, estado civil, situação ocupacional e histórico de trabalho; e uma escala de sofrimento psíquico, adaptada para avaliar sintomas como ansiedade, depressão, sentimentos de desvalorização e exclusão social. As entrevistas foram realizadas individualmente, em espaços reservados, garantindo a privacidade dos participantes e o anonimato das informações.

Os dados quantitativos foram tratados com auxílio de softwares estatísticos para a criação de gráficos e tabelas descritivas. A escolha por uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória justifica-se pela necessidade de compreender tanto a magnitude das condições de desemprego e precarização.

3. Resultados e Discussão

O conceito de "desemprego oculto" refere-se àquelas formas de trabalho que, embora tecnicamente não sejam contabilizadas como desemprego formal, não garantem estabilidade, direitos ou proteção social. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2018), o desemprego oculto é dividido em duas categorias: "desemprego oculto pelo trabalho precário", que abrange pessoas que realizam trabalhos temporários ou informais e estão ativamente procurando emprego, e "desemprego oculto pelo desalento", que inclui aqueles que desistiram de buscar trabalho após tentativas frustradas. O aumento dessa condição está diretamente relacionado às consequências econômicas da pandemia e ao enfraquecimento das políticas de proteção ao trabalho. Os trabalhadores que se encontram nessa situação são obrigados a desempenhar "bicos", serviços temporários ou atividades informais, enfrentando uma precarização extrema marcada pela ausência de direitos como FGTS, férias ou previdência social. Entre os entrevistados na cidade de Corumbá-MS, 46,2% (37 pessoas) dos abordados durante a pesquisa relataram estar em condições de "desemprego oculto", realizando

trabalhos sem qualquer perspectiva de melhora, o que evidencia a vulnerabilidade e o sentimento de desamparo que permeiam suas vidas.

A lógica neoliberal contribui para a invisibilização dessas condições ao promover a ideia de que o esforço individual é suficiente para superar as adversidades, mascarando, assim, as desigualdades estruturais e desconsiderando os contextos sociais e econômicos que limitam as oportunidades para milhões de brasileiros. A precarização do trabalho, portanto, não é um fenômeno isolado, mas parte de um sistema econômico que prioriza a flexibilidade e a redução de custos em detrimento da qualidade e dignidade do trabalho. Nesse contexto neoliberal, a classe do "precariado" é caracterizada pela insegurança econômica e pela ausência de estabilidade. Essa classe surge como uma consequência direta da flexibilização das relações trabalhistas, que promove a desvalorização do trabalho formal e favorece arranjos flexíveis e baratos para os empregadores. Segundo Piobelo e Mota (2021), a precarização do trabalho se manifesta como um processo multidimensional de institucionalização da instabilidade, onde a flexibilização das relações laborais não apenas desregulamenta os direitos trabalhistas, mas também fragiliza coletivos de resistência, impactando negativamente a saúde mental dos trabalhadores.

Os dados coletados revelam que Corumbá-MS enfrenta um cenário de desemprego que reflete as fragilidades econômicas e sociais presentes em diversas regiões do Brasil. A retração econômica pós-pandemia de COVID-19 exacerbou os problemas estruturais do mercado de trabalho, resultando no fechamento de empresas e na redução de postos de trabalho formais. A maior parte dos entrevistados relatou dificuldades para encontrar empregos formais devido à escassez de vagas e às exigências excessivas do mercado, que privilegiam a flexibilidade e a adaptabilidade em detrimento da estabilidade e da proteção dos direitos trabalhistas. Nesse contexto, o mercado formal torna-se cada vez mais excludente, enquanto o mercado informal e precário absorve os trabalhadores que não conseguem se inserir em empregos com vínculos formais. Essa dinâmica perpetua as desigualdades sociais e amplia o sofrimento psíquico dos trabalhadores, que convivem com a incerteza em relação ao futuro e a falta de segurança financeira.

Adicionalmente, a pandemia da COVID-19 teve um impacto desproporcional sobre os trabalhadores informais, que já enfrentavam condições precárias antes da crise. Segundo estudos, a queda no emprego informal foi três vezes maior do que a do emprego formal durante o pico da pandemia, refletindo uma fragilidade estrutural

no mercado de trabalho brasileiro (IBRE, 2020). Além disso, a crise acentuou a desigualdade social, com os trabalhadores menos qualificados sendo os mais afetados pela perda de empregos e pela redução de rendimentos (RUSSO & CORSEUIL, 2021). Essa situação é alarmante, pois não apenas limita as oportunidades de emprego, mas também intensifica as condições de vulnerabilidade social e econômica entre as populações mais afetadas (IPEA, 2021).

A baixa escolaridade e a falta de qualificação são barreiras significativas para a reinserção no mercado formal. Entre os entrevistados na pesquisa, verificou-se que 32,5% possuem ensino médio completo, enquanto 20% têm fundamental incompleto e apenas 12,5% atingiram o nível superior completo. Esses dados refletem como a formação educacional limitada é um fator crítico na exclusão do mercado formal. Em Corumbá-MS, o modelo neoliberal reforça essas barreiras ao demandar constantemente novas competências, excluindo aqueles que não conseguem se adaptar às mudanças. Assim, a formação profissional e a educação tornam-se essenciais para romper o ciclo de exclusão e ampliar as oportunidades de emprego. Em um cenário neoliberal, a competitividade do mercado exige dos trabalhadores uma atualização constante de suas habilidades e competências, o que gera uma exclusão estrutural daqueles que não possuem acesso a uma formação de qualidade. Muitos entrevistados relataram dificuldades para encontrar emprego devido à falta de qualificação, o que os obriga a aceitar trabalhos informais ou precários. A lógica neoliberal, ao transferir a responsabilidade pela formação para o indivíduo, ignora as desigualdades estruturais e limita o acesso de muitos à educação de qualidade. O neoliberalismo promove a mercantilização de serviços essenciais, como a educação, transformando-a em um privilégio acessível apenas para aqueles que podem pagar (IBRE, 2023).

Em Corumbá-MS, essa realidade é agravada pela falta de programas públicos eficazes de requalificação e pela desvalorização da educação pública, perpetuando um ciclo de exclusão e precarização. A inserção de políticas de requalificação e programas de educação ampliada e profissionalizante pode ser uma resposta às demandas do mercado neoliberal, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. No entanto, tais iniciativas devem ser acessíveis, gratuitas e voltadas para a realidade dos trabalhadores vulneráveis, garantindo que a capacitação seja um meio de superação e não mais um fator de exclusão. Além disso, estudos demonstram que a melhoria da educação contribui significativamente para uma inserção mais

produtiva no mercado de trabalho, refletindo em melhores salários e maior probabilidade de obtenção de empregos formais (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2024). Portanto, é crucial que as iniciativas educacionais sejam alinhadas às demandas do mercado e às necessidades dos trabalhadores para promover um desenvolvimento mais equitativo (FEAC, 2023).

Os trabalhadores de faixa etária central, definidos na pesquisa como aqueles entre 38 e 42 anos, enfrentam as maiores dificuldades para retornar ao mercado formal, representando 18% dos entrevistados em situação de desemprego aberto ou oculto. Essa faixa etária é marcada por grandes responsabilidades financeiras e familiares, e os desafios do mercado de trabalho incluem o preconceito etário e a exigência de novas qualificações. O neoliberalismo, ao responsabilizar o indivíduo por sua situação de emprego, desconsidera as desigualdades estruturais, agravando o sofrimento psíquico e a exclusão dos mais vulneráveis. Goldani (2010) ressalta que o preconceito etário está presente em diversas esferas, incluindo o mercado de trabalho, onde trabalhadores mais velhos são frequentemente vistos como menos adaptáveis ou eficientes, levando à marginalização e à subvalorização de suas experiências e contribuições.

Na pesquisa, 46,2% dos participantes relataram dificuldades significativas em encontrar empregos formais, especialmente aqueles com mais de 12 meses em busca de uma colocação profissional. Entre os entrevistados, 23% estavam desempregados há mais de um ano, destacando a persistência do problema e seus impactos cumulativos. Para esses indivíduos, a prolongada exclusão do mercado de trabalho não apenas compromete sua estabilidade financeira, mas também intensifica sentimentos de isolamento, fracasso e perda de identidade profissional. A estigmatização por idade contribui para a perpetuação dessas condições, reforçando a exclusão social e dificultando a reinserção.

Além disso, 18% dos participantes pertenciam à faixa etária entre 43 e 47 anos, outro grupo frequentemente negligenciado pelo mercado de trabalho formal. O Ministério dos Direitos Humanos (2024) salienta que a discriminação por idade é uma barreira estrutural que nega a muitos trabalhadores mais velhos oportunidades de emprego adequadas, ampliando o ciclo de exclusão. Os dados da pesquisa revelaram que esses trabalhadores relatam níveis elevados de sofrimento psíquico, com destaque para sentimentos de desamparo e desesperança, intensificados pela

percepção de serem "inúteis" ou "substituíveis" em um mercado que valoriza a juventude e a flexibilidade em detrimento da experiência.

O tempo de busca por emprego é um indicador crítico das dificuldades enfrentadas. Trabalhadores desempregados há mais de um ano relataram sentimentos de ansiedade (62%), desânimo (55%) e isolamento social (48%), evidenciando os efeitos psíquicos e sociais do desemprego prolongado. Esses dados reforçam que o mercado de trabalho, moldado pela lógica neoliberal, promove uma exclusão sistemática de grupos vulneráveis, enquanto legitima essa exclusão através de narrativas de eficiência e meritocracia. O modelo neoliberal, ao enfatizar a competitividade e a flexibilidade, marginaliza trabalhadores considerados "menos adaptáveis", resultando em subemprego ou exclusão total.

Conforme apontado pelo Ministério dos Direitos Humanos (2024), a inclusão desses trabalhadores no mercado de trabalho requer não apenas a superação do preconceito etário, mas também a promoção de políticas públicas que valorizem a experiência e reconheçam o impacto das desigualdades estruturais. A pesquisa destaca a necessidade de programas de requalificação voltados para trabalhadores de meia-idade e idosos, de forma a garantir não apenas sua reinserção, mas também sua dignidade e saúde mental no trabalho. Goldani (2010) argumenta que essa marginalização não apenas afeta a autoestima dos trabalhadores mais velhos, mas também limita suas oportunidades de reintegração no mercado formal.

A lógica neoliberal promove uma visão de produtividade que ignora as desigualdades geracionais e reforça a exclusão dos trabalhadores mais velhos. Políticas públicas que promovam a reinserção e a valorização desses profissionais são essenciais para combater a exclusão e garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O Ministério dos Direitos Humanos (2024) enfatiza que é fundamental implementar estratégias que reconheçam e valorizem as habilidades dos trabalhadores mais velhos, combatendo assim o preconceito etário e promovendo um ambiente laboral inclusivo.

A precarização representa a perda de direitos, segurança e valorização profissional. Em um contexto neoliberal, os trabalhadores são forçados a aceitar condições que não oferecem estabilidade, o que afeta diretamente sua autoestima, qualidade de vida e identidade social. Essa realidade foi evidenciada na pesquisa

realizada em Corumbá-MS, onde 31,3% (25 pessoas) dos entrevistados relataram sentimentos de tristeza e desânimo, e 22,5% (18 pessoas) apontaram ansiedade e incerteza, demonstrando o desamparo sentido diante da falta de oportunidades. A escala de sofrimento psíquico revelou que 41,3% (33 pessoas) dos participantes se sentiam "às vezes" inseguros por não estarem trabalhando, e 18,8% (15 pessoas) relataram sentir essa insegurança constantemente. Além disso, 26,2% (21 pessoas) dos entrevistados afirmaram que "sempre" sentem vergonha por não poder contribuir financeiramente para suas famílias, reforçando o impacto da desvalorização profissional. Segundo Alves (2009), a experiência da precarização do trabalho no Brasil é um processo constitutivo do novo metabolismo social que emerge com a reestruturação produtiva do capital e a formação do Estado neoliberal, caracterizando-se pela intensificação da exploração da força de trabalho e pelo desmonte de coletivos de resistência sindical.

A precarização do trabalho, caracterizada pela perda de direitos e garantias, representa uma ameaça direta à dignidade dos trabalhadores. Para muitos dos entrevistados — especificamente 74,2%, ou seja, 59 pessoas que estão totalmente sem emprego ou em trabalho informal e autônomo — a aceitação de condições precárias é uma estratégia de sobrevivência em um mercado que não valoriza suas habilidades ou experiência. O impacto dessa precarização é sentido tanto no plano econômico quanto no emocional, resultando em perda de autoestima, aumento da ansiedade e sensação de desamparo. 22,5% dos entrevistados (18 pessoas) relataram aumento significativo de estresse após a perda do emprego, enquanto 26,2% (21 pessoas) sentem vergonha constante por não poder contribuir financeiramente para suas famílias. O neoliberalismo autoritário não apenas gera condições de trabalho precárias, mas também utiliza estratégias que produzem sofrimento psíquico nos trabalhadores, conforme discutido por Franco (2021), que analisa as articulações entre necropolítica e gestão neoliberal do trabalho no Brasil.

O neoliberalismo promove a ideia de que o trabalho deve ser flexível e competitivo, desvalorizando as garantias e os direitos trabalhistas. A "uberização" do trabalho é um exemplo dessa precarização, em que os trabalhadores perdem a proteção e são tratados como "empreendedores" sem direitos. Camargo et al. (2024) destacam que a uberização intensifica a precarização laboral ao transformar as relações de trabalho por meio de plataformas digitais, refletindo uma nova configuração social que impõe desafios significativos aos trabalhadores brasileiros.

A relação entre a precarização e o sofrimento psíquico foi observada nos dados da pesquisa, mostrando que o trabalho informal, além de instável, contribui para o aumento de transtornos como ansiedade e depressão. O modelo neoliberal, ao desvalorizar o trabalho formal, agrava a instabilidade econômica e reforça a desproteção social. Segundo Peters (2023), a precarização do trabalho gera incertezas em relação à renda e à estabilidade, o que intensifica a ansiedade e o sofrimento psíquico dos trabalhadores. Essa instabilidade é uma forma de autoexploração, onde os indivíduos se veem forçados a aceitar condições adversas sem um espaço adequado para expressar seu sofrimento.

O trabalho informal, além de ser instável, é uma fonte constante de insegurança para os trabalhadores. O modelo neoliberal, ao priorizar a flexibilidade do mercado e a desregulamentação, contribui para a desproteção social e o aumento do sofrimento psíquico. Segundo Bruzaca (2024), as condições precárias de trabalho não apenas afetam a saúde mental dos trabalhadores, mas também criam um estado de "precariedade subjetiva", onde a insegurança no emprego leva ao medo e à ansiedade.

A relação entre trabalho informal e saúde mental é amplamente discutida na literatura, a perda de estabilidade e de proteção contribui para a intensificação do sofrimento psíquico. Em Corumbá-MS, os trabalhadores que dependem do mercado informal enfrentam desafios diários para sobreviver, o que afeta diretamente sua qualidade de vida e saúde mental. De acordo com Lancman et al. (2019), as condições precárias de trabalho estão associadas ao aumento do sofrimento psíquico, mostrando que a precarização não é apenas um fenômeno econômico, mas também um problema de saúde pública que requer atenção.

A exclusão do mercado formal é uma realidade que afeta muitos trabalhadores em Corumbá-MS. 46,2% dos entrevistados, ou seja, 37 pessoas, estão em situação de desemprego aberto, sem qualquer fonte de renda. O neoliberalismo, ao priorizar a competitividade e a flexibilidade, tem contribuído para a marginalização de diversos grupos, dificultando o acesso a oportunidades de emprego formal. Essa situação é agravada pela falta de políticas públicas inclusivas, que deveriam promover a integração desses trabalhadores ao mercado. Segundo Alves (2009), essa reestruturação produtiva gera um novo metabolismo social que intensifica a precarização do trabalho, criando barreiras adicionais para aqueles que buscam estabilidade.

Além disso, o impacto do neoliberalismo na inclusão social é particularmente evidente entre grupos vulneráveis, como mulheres, negros, idosos e jovens em busca do primeiro emprego. A promoção da flexibilidade no mercado de trabalho não apenas limita as oportunidades disponíveis para esses indivíduos, mas também perpetua desigualdades sociais e econômicas. Muniz et al. (2020) destacam que as estratégias neoliberais de precarização não atendem às necessidades desses grupos, resultando em um ciclo contínuo de pobreza e exclusão.

Os trabalhadores excluídos do mercado formal são forçados a buscar alternativas no mercado informal, onde enfrentam condições de trabalho ainda mais precárias. Essa exclusão reforça a marginalização e a invisibilidade social, criando um ciclo de desamparo e sofrimento. A pesquisa realizada por Silva (2009) sobre a Feira Bras-Bol em Corumbá revela que os trabalhadores informais lidam com uma série de desafios, incluindo a falta de proteção social e o estigma associado ao trabalho informal, o que agrava sua situação de vulnerabilidade.

O discurso meritocrático tem um impacto significativo na forma como os trabalhadores percebem suas situações de desemprego e precarização. Essa narrativa leva os indivíduos a internalizarem a culpa por suas dificuldades, ignorando as barreiras estruturais que limitam suas oportunidades. Nesse contexto, 26,2% dos trabalhadores informais, ou seja, 21 pessoas, relataram sentir vergonha constante por sua situação, refletindo o peso dessa narrativa na percepção de suas condições. Bruni e Santori (2021) argumentam que a meritocracia, ao promover a ideia de que o sucesso é exclusivamente fruto do esforço individual, acaba por legitimar as desigualdades sociais. Esse processo de culpabilização não apenas reforça o sofrimento psíquico, mas também gera sentimentos de inadequação e fracasso, criando um ciclo de desamparo entre os trabalhadores.

Além disso, o discurso meritocrático, amplamente disseminado pelo modelo neoliberal, transfere a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho para o indivíduo. Essa abordagem ignora as desigualdades estruturais e faz com que muitos trabalhadores se sintam culpados por sua situação. Barbosa (2014) destaca que essa lógica não considera os privilégios que influenciam as oportunidades disponíveis para diferentes grupos sociais, perpetuando a noção de que aqueles que falham são merecedores de sua condição. Silva (2021) complementa essa análise ao afirmar que a meritocracia serve como um discurso que justifica o

imobilismo social, desconsiderando as realidades socioeconômicas que afetam a vida dos trabalhadores.

Assim, os dados revelaram que os trabalhadores enfrentam uma gama de sentimentos negativos, como frustração, vergonha e ansiedade, decorrentes da precarização. A responsabilidade individual, promovida pela lógica neoliberal, intensifica esses sentimentos, dificultando a busca por novas oportunidades. Essa situação se agrava pela instabilidade no mercado de trabalho e pela desvalorização das relações laborais, que, segundo Novaes e Carvalho (2019), refletem um ambiente de insegurança que não só compromete a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também aumenta a incidência de adoecimentos psíquicos.

O modelo neoliberal, ao responsabilizar os indivíduos por seu sucesso ou fracasso, desencadeia sentimentos de frustração, vergonha, ansiedade e percepção de incapacidade entre os trabalhadores que enfrentam o desemprego ou a precarização. Os dados da pesquisa evidenciam que muitos entrevistados, especificamente 26,2%, ou seja, 21 pessoas, relataram sentir-se desamparados, inadequados ou até "culpados" por sua situação de desemprego ou trabalho precário, como resultado de um discurso meritocrático que transfere a responsabilidade para o indivíduo sem considerar as barreiras estruturais. Este fenômeno é amplamente discutido por Silva e Cavaignac (2018), que destacam que a nova dinâmica capitalista, caracterizada pela precarização do trabalho e pela instabilidade das relações laborais, não só tem ampliado o desemprego, mas também contribui para o enfraquecimento da solidariedade de classe. Tal contexto cria uma cultura de medo e concorrência entre os trabalhadores, alimentando a vulnerabilidade social e um sentimento de inadequação que, por sua vez, pode resultar em exclusão e marginalização social.

Esses sentimentos refletem a internalização da ideologia neoliberal, que desvaloriza as causas sociais e econômicas do desemprego e enfatiza a ideia de que o esforço pessoal é suficiente para obter sucesso. Em contextos de desemprego e precarização, a falta de estabilidade e a percepção de fracasso geram estresse constante, afetando a saúde mental e emocional dos trabalhadores. Esse tipo de sofrimento psíquico é particularmente agravado pela exclusão do mercado formal e pela precariedade, criando um ciclo de angústia que impede a recuperação da autoestima e a reintegração social. Além disso, as condições de trabalho precarizadas promovem o isolamento dos trabalhadores e a falta de suporte emocional, intensificando sentimentos de solidão e insegurança no ambiente de trabalho,

tornando cada vez mais difícil a luta por melhorias e o fortalecimento da cidadania (ARAÚJO; MORAIS, 2017). No caso dos trabalhadores em situação de desemprego oculto, ou seja, aqueles que realizam "bicos" ou trabalham de forma informal, **46,2%** dos entrevistados (37 pessoas) relataram sentir-se desamparados devido à falta de suporte emocional e à exclusão social que acompanham a informalidade no trabalho. Além disso, 26,2% (21 pessoas) indicaram que sentem vergonha por não poderem contribuir financeiramente para suas famílias, o que agrava o sentimento de solidão e insegurança. Esse quadro reflete uma exclusão não apenas econômica, mas também social e emocional, resultante das condições precárias e da ausência de direitos trabalhistas.

Para muitos trabalhadores, a ausência de apoio social e políticas inclusivas ao mercado de trabalho é um fator que intensifica os efeitos negativos da exclusão. 40% dos entrevistados (32 pessoas) relataram receber apoio emocional da família, enquanto 15% (12 pessoas) não receberam nenhum tipo de apoio, seja emocional ou financeiro. Esse dado evidencia a falta de suporte social adequado, o que agrava a exclusão e intensifica os efeitos negativos do desemprego e da precarização do trabalho. A reestruturação das relações de trabalho no modelo neoliberal exige não apenas novas habilidades, mas também a capacidade de lidar com a instabilidade e o fracasso, o que pode levar à desestabilização da identidade e ao isolamento social. Essa fragilização das conexões laborais e sociais resulta em uma exploração crescente e na emergência de um fenômeno de precarização, que compromete não só a saúde física, mas também o bem-estar psicológico dos trabalhadores. Nesse contexto, a falta de alternativas adequadas e a recusa em lidar com a desigualdade criam um ambiente onde muitos se sentem abandonados, exacerbando a exclusão social e a vulnerabilidade a diversas formas de violência e injustiça (MINAYO GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999).

As redes de apoio são essenciais para mitigar os efeitos do desemprego e da precarização. No entanto, a lógica neoliberal, ao valorizar a individualização, desvaloriza esses mecanismos de suporte. Os trabalhadores relataram depender das famílias, o que, em alguns casos, aumenta o sentimento de pressão e vergonha. 61,5% dos entrevistados (49 pessoas) indicaram que têm pelo menos uma pessoa que depende financeiramente deles. Essa situação de dependência aumenta a pressão sobre os trabalhadores, intensificando sentimentos de culpa e vergonha por não poderem prover adequadamente para suas famílias. Nesse contexto, a família é

convocada a assumir um papel central na proteção e no cuidado de seus membros, especialmente em situações de risco social. A centralidade da família surge como uma expectativa social, mas, paradoxalmente, a própria estrutura familiar enfrenta fragilizações em decorrência das exigências da individualização promovidas pelo neoliberalismo, o que dificulta o cumprimento de suas funções sociais (MENDONÇA, 2013).

As redes de apoio familiar e social desempenham um papel fundamental no enfrentamento das consequências do desemprego e da precarização. Em Corumbá-MS, 40% dos entrevistados (32 pessoas) relataram que o suporte emocional e financeiro da família foi crucial para lidar com as dificuldades. Essa resposta foi obtida através da pergunta "Você recebe apoio emocional ou financeiro da sua família?" durante a entrevista. Entre os participantes em trabalho informal e precário, 40% (32 pessoas) também mencionaram que recebem apoio da família, refletindo a importância desse suporte diante das dificuldades financeiras e emocionais causadas pela falta de estabilidade no mercado de trabalho.

Além disso, a falta de apoio social adequado foi associada ao aumento do sofrimento social, com 26,2% (21 pessoas) sentindo vergonha por não poderem contribuir financeiramente para suas famílias, o que evidencia o impacto negativo da precarização do trabalho no bem-estar emocional dos trabalhadores. No entanto, o modelo neoliberal, ao valorizar a individualização e desvalorizar a solidariedade, enfraquece essas redes de apoio ao impor uma lógica de competição e responsabilidade individual. Essa dinâmica é evidenciada pela precarização do trabalho, que não apenas gera maior vulnerabilidade, mas também transforma significativamente as relações sociais, criando um ambiente onde a colaboração e o suporte mútuo são cada vez mais desestimulados (FABIANO; BORGES FILHO, 2024).

A dependência do apoio familiar pode, por um lado, mitigar os impactos do desemprego, por outro, pode aumentar o sentimento de vergonha e desamparo entre os trabalhadores, que se veem como um "fardo" para suas famílias. Conforme discutido no estudo de Juliano e Yunes (2014), às redes de apoio social e afetiva são afetadas e desestabilizam o tecido social na sua coesão, por isso entende-se que políticas públicas que reconheçam e fortaleçam essas redes são fundamentais para

promover a inclusão e a coesão social em um contexto neoliberal que reforça a exclusão.

A precarização afeta a identidade profissional dos trabalhadores, levando à perda de autoestima e de sentido de pertencimento. No modelo neoliberal, a valorização excessiva da flexibilidade e da competitividade contribui para a desvalorização do trabalho formal, comprometendo a dignidade dos trabalhadores. Esse cenário é agravado pela ausência de proteção e direitos laborais, onde os trabalhadores são instrumentalizados e reificados, perdendo não apenas suas condições de trabalho dignas, mas sua própria identidade como sujeitos com direitos (GARCIA DE ARAÚJO, 2020).

A precarização do trabalho faz com que os indivíduos em busca de um emprego formal se vejam forçados a aceitar trabalhos que não valorizam suas habilidades, experiência ou formação. No modelo neoliberal, em que a flexibilidade e a competitividade são valorizadas, os trabalhadores são frequentemente considerados "substituíveis", o que afeta diretamente sua percepção de valor e dignidade profissional. Essa fragilidade nas relações laborais resulta em um ambiente de trabalho onde a cooperação entre os trabalhadores é prejudicada, e a fragmentação dos coletivos dificulta a formação de um senso de identidade e solidariedade, levando a um estado de isolamento. Assim, os trabalhadores enfrentam desafios contínuos em sua luta pela qualidade do trabalho e pela proteção de sua saúde diante da lógica mercantil que permeia as estruturas laborais (MUNIZ; TEIXEIRA; OSÓRIO DA SILVA, 2020).

Os dados coletados revelam que muitos entrevistados relatam sentimentos de desvalorização e perda de sentido no trabalho. 26,2% dos entrevistados (21 pessoas) afirmaram que sentem vergonha por não poderem contribuir financeiramente para suas famílias, um reflexo claro de desvalorização. Além disso, a falta de um emprego formal e a precarização das condições de trabalho, que forçam muitos a aceitarem empregos informais ou autônomos, agravam essa sensação de perda de sentido no trabalho, como evidenciado pelos 46,2% dos entrevistados (37 pessoas) que estavam em situação de trabalho precário, o que compromete sua autoestima e saúde mental. A falta de reconhecimento, associada à insegurança econômica, gera um ciclo de precarização que impede a recuperação da identidade profissional e limita as perspectivas de reintegração no mercado formal. A perda de significado no trabalho é uma das principais causas de sofrimento psíquico, especialmente em contextos de

desvalorização do trabalho formal e aumento da flexibilização. Essa situação se agrava com a implementação de políticas neoliberais que promovem a diminuição de direitos previdenciários e precarização do trabalho, resultando em uma crescente massa de trabalhadores em condições precárias (MENCHISE et al., 2023).

O desemprego e a precarização resultam em exclusão social e isolamento, afetando diretamente as relações pessoais e comunitárias dos trabalhadores. Em Corumbá-MS, 62% dos entrevistados (50 pessoas) relataram exclusão do mercado formal como principal fator para a sensação de isolamento e desvalorização social. A pesquisa questionou: "*Como você avalia sua situação atual em relação ao mercado de trabalho?*", e as respostas indicaram que a ausência de oportunidades formais é percebida como um obstáculo significativo à reintegração. Entre os participantes, 46,2% (37 pessoas) estavam em situação de desemprego oculto, realizando atividades informais e precárias. Além disso, 56% (45 pessoas) apresentaram níveis elevados de sofrimento psíquico associados à exclusão, segundo a escala utilizada na pesquisa. Esses dados revelam como a precarização do trabalho e a ausência de oportunidades no mercado formal agravam a vulnerabilidade emocional e social dos trabalhadores. A lógica neoliberal, ao promover a competitividade e a responsabilidade individual, reforça essa exclusão, agravando o sentimento de marginalização. Ferraro (2005) argumenta que essa dinâmica é parte de um fenômeno mais amplo, onde a naturalização da exclusão social tem suas raízes em momentos de crise do capitalismo. Nesse contexto, o neoliberalismo não apenas produz marginalização, mas também tenta legitimar essa condição ao apresentar a responsabilidade pela pobreza como uma questão individual, desconsiderando as estruturas sociais que sustentam essas desigualdades.

A exclusão social tem implicações significativas para a saúde mental dos trabalhadores, que enfrentam dificuldades para se reerguer ou encontrar novas oportunidades. A fragmentação das relações sociais, associada ao desemprego, limita o acesso a redes de apoio e agrava a sensação de desamparo. Para combater essa exclusão, é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão social, ofereçam suporte psicológico e incentivem a participação comunitária. Além disso, o aumento da desigualdade social e a precarização do trabalho, resultantes das políticas neoliberais, agravam ainda mais a situação, criando um ciclo de vulnerabilidade que impacta a qualidade de vida e o bem-estar das populações afetadas. Nesse contexto, a implementação de políticas que visem a redução das

desigualdades e ofereçam cuidados adequados é fundamental para reverter o quadro de exclusão e suas consequências para a saúde mental (MENCHISE et al., 2023).

A análise dos dados levantados em Corumbá evidencia que o modelo neoliberal, ao promover a flexibilização das relações de trabalho, acentua as taxas de desemprego e a precarização. Os trabalhadores, tanto aqui no município como ao redor do mundo, são forçados a competir em um mercado desregulamentado, sem proteção social, resultando em exclusão e sofrimento. A reflexão crítica sobre essa realidade revela que a ideologia neoliberal não apenas desresponsabiliza o Estado de seu papel de garantidor de direitos sociais, mas também impõe uma lógica de individualização do sofrimento social. Ao transformar o desemprego em um problema exclusivamente pessoal, o modelo promove um ambiente em que os trabalhadores, especialmente os jovens, se veem isolados em suas lutas, culpabilizados por condições estruturais que estão além de seu controle. Ferreira (2022) argumenta que essa autonomização da responsabilidade pelo desemprego não apenas fere a dignidade humana, mas amplifica a sensação de impotência e ansiedade entre os desempregados, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização no mercado de trabalho.

A desregulamentação e a mercantilização das relações laborais promovem um ambiente de instabilidade e insegurança, que afeta diretamente a dignidade e a qualidade de vida dos trabalhadores. No contexto brasileiro, essa precarização se intensificou a partir da década de 1990, com a implementação de reformas que desmantelaram a proteção aos trabalhadores e promoveram a informalização e a terceirização. Essa realidade é caracterizada pela intensificação da exploração da força de trabalho e pela fragmentação dos coletivos de resistência sindical, fatores que acentuam a vulnerabilidade dos trabalhadores e agravam as condições de desemprego. A experiência de trabalho, antes marcada por vínculos formais e direitos garantidos, agora reflete as consequências de um novo metabolismo social que privilegia os interesses do capital em detrimento dos direitos trabalhistas, levando à degradação do mercado de trabalho (ALVES, 2009).

A reflexão crítica sobre o impacto do neoliberalismo nas condições de desemprego e precarização é fundamental para compreender as barreiras estruturais que limitam o acesso ao trabalho digno. É necessário questionar a lógica do individualismo e promover uma abordagem que valorize a solidariedade, os direitos

trabalhistas e a inclusão social. As reformas trabalhistas, como a Reforma de 2017 no Brasil, sinalizam uma desregulamentação que reduz os direitos laborais conquistados, refletindo uma realidade em que muitos trabalhadores são levados à informalidade e à insegurança no emprego (PIOBELO; MOTA, 2021). Essa dinâmica é impulsionada pela flexibilização do trabalho, que fragiliza as relações laborais e acentua a vulnerabilidade dos trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis a condições desfavoráveis que afetam não apenas sua condição econômica, mas também sua saúde mental. Portanto, é imprescindível que a discussão sobre o mundo do trabalho inclua uma crítica ao neoliberalismo e às suas consequências, buscando caminhos que priorizem a dignidade humana e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

O desemprego prolongado fragmenta as relações sociais dos trabalhadores, que enfrentam isolamento, estigmatização e perda de vínculos comunitários e familiares. Em Corumbá-MS, os dados revelam que o desemprego afeta não apenas a vida econômica, mas também o bem-estar social e emocional dos trabalhadores. A lógica neoliberal, ao promover a responsabilização individual, dificulta a reintegração social dos desempregados, que se veem marginalizados e sem apoio. Este fenômeno é ainda mais complexo em contextos onde a precarização das relações laborais se intensifica, exacerbando a solidez das redes de suporte social. Os jovens, especialmente aqueles com menos recursos, enfrentam um ciclo de desemprego que não só limita as suas oportunidades de ascensão econômica, mas também perpetua a exclusão nas esferas social e política, resultando em sequências de vulnerabilidade social (ANDRADE, 2021).

A fragmentação das relações sociais gera um ciclo de exclusão, que afeta a capacidade dos trabalhadores de se reintegrar ao mercado de trabalho e reconstruir suas redes de apoio. É fundamental promover políticas que valorizem a solidariedade, a inclusão e a reintegração social dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. No contexto neoliberal, o desemprego torna-se um fenômeno comum que, aliado à precarização do trabalho, intensifica a desregulamentação e a individualização nas relações laborais. Essa desregulamentação não só reduz a proteção dos direitos dos trabalhadores, mas também enfraquece as coletividades e as formas tradicionais de suporte, como sindicatos e associações. As novas formas de gestão, que priorizam a flexibilidade e a competitividade, contribuem para a desintegração da solidariedade entre os trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis ao sofrimento social e à vulnerabilidade. Assim, a reestruturação do mercado de trabalho não só desarticula

os vínculos sociais existentes, mas também perpetua um estado de desamparo, exigindo a implementação de estratégias que estimulem a construção de redes de apoio e reintegração através de iniciativas coletivas e inclusivas (PIOBELO; MOTA, 2021).

A promoção de empregos dignos é um desafio em um contexto neoliberal que valoriza a flexibilização das relações laborais. Na pesquisa realizada em Corumbá-MS, 62% dos entrevistados (50 pessoas) destacaram dificuldades significativas para acessar empregos formais que garantissem segurança, estabilidade e direitos trabalhistas. É necessário adotar políticas públicas que promovam o trabalho digno, assegurem os direitos dos trabalhadores e incentivem a inclusão. No entanto, as pressões por maior competitividade e redução de custos frequentemente resultam em contratos precários e na informalidade. Nesse cenário, a valorização do trabalho formal se torna fundamental, pois não apenas protege os direitos dos trabalhadores, mas também contribui para um crescimento econômico justo e sustentável. Políticas que fomentem a formalização do emprego e garantam condições de trabalho dignas são essenciais para reverter essa tendência de precarização e promover uma economia mais inclusiva, alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável (MEDINA FILHO et al., 2024).

A valorização do trabalho formal é essencial para combater a precarização e promover a justiça social. Políticas de capacitação, incentivo à contratação de trabalhadores vulneráveis e fortalecimento das redes de proteção social são estratégias fundamentais para garantir a dignidade no trabalho. No contexto do neoliberalismo, onde frequentemente o foco está na redução de custos e flexibilização das relações de trabalho, a promoção do emprego digno se torna ainda mais crítica. É necessário equilibrar a busca pela eficiência econômica com a proteção dos direitos dos trabalhadores, assegurando que as condições de trabalho não sejam sacrificadas em nome do lucro. Assim, a valorização do trabalho formal deve ser uma prioridade das políticas públicas, direcionando esforços para criar um ambiente que não só reconheça, mas também respeite a dignidade do trabalhador, promovendo a justiça social de maneira efetiva (STUCHI, 2010).

A requalificação profissional e a oferta de programas de educação acessível são essenciais para enfrentar as exigências do mercado de trabalho no contexto neoliberal. Em Corumbá-MS, os dados coletados mostram que 26 participantes (32,5%) possuíam apenas o ensino médio completo, enquanto 16 (20%)

apresentavam ensino fundamental incompleto. Esses dados indicam um nível geral de escolaridade que pode ser insuficiente para atender às exigências de qualificação do mercado formal. Embora a pesquisa não contenha uma pergunta específica sobre barreiras de acesso a programas de capacitação, as informações sobre escolaridade e as dificuldades enfrentadas para encontrar empregos formais sugerem que a falta de qualificação pode ser um fator limitante. Essa relação é corroborada por respostas abertas que destacam a percepção de que as exigências do mercado formal são "altas demais" ou "incompatíveis" com as qualificações disponíveis entre os trabalhadores entrevistados. Portanto, a implementação de políticas que promovam a educação acessível e oportunidades de requalificação profissional é fundamental para reduzir as desigualdades estruturais e possibilitar a reinserção desses trabalhadores no mercado formal. A requalificação pode oferecer ferramentas para que os indivíduos se adaptem às novas demandas do mercado neoliberal, ao mesmo tempo em que combate a exclusão social e promove a igualdade de oportunidades. A implementação de práticas educativas que atendam às necessidades específicas de cada trabalhador é não apenas uma questão de justiça social, mas também uma exigência do mercado que busca profissionais cada vez mais qualificados e adaptáveis às novas realidades econômicas. A discussão sobre a educação como um direito deve incluir a requalificação contínua, abordando as transformações exigidas pelo capitalismo neoliberal, para que a formação e a qualificação não sejam apenas um meio de atender às demandas do mercado, mas também de construir uma sociedade mais equitativa e justa (SANTOS et al., 2021).

A busca pela emancipação e superação na formação dos trabalhadores deve ser um objetivo central, especialmente no contexto da educação profissional. Oliveira (2023) critica as tendências de precarização que afetam diferentes níveis de formação, desde cursos técnicos e capacitações até o ensino superior. Portanto, a crítica à precarização da educação profissional deve englobar todas essas dimensões, ressaltando a necessidade de políticas públicas que promovam a formação integrada e emancipatória dos trabalhadores, alinhada com as demandas do mercado, mas sem negligenciar a qualidade e os direitos dos indivíduos.

A inclusão social exige políticas de apoio que promovam igualdade de oportunidades para os grupos mais vulneráveis. Em um contexto neoliberal, essas políticas devem ser reforçadas para combater as desigualdades e garantir a proteção

social. Isso inclui a implementação de programas que atendam especificamente às necessidades de populações marginalizadas, como povos indígenas, pessoas com deficiência e comunidades de baixa renda. A promoção da igualdade de oportunidades se torna ainda mais crucial quando consideramos que o neoliberalismo tende a exacerbar a exclusão, uma vez que prioriza a lógica do mercado em detrimento da solidariedade social. Portanto, urgentemente, é necessário que o Estado atue como mediador, assegurando não apenas acesso a serviços básicos, mas também criando ambientes que possibilitem a participação ativa e igualitária desses grupos na sociedade (ANDAKU, 2009).

Os grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros, idosos e jovens em busca do primeiro emprego, enfrentam barreiras estruturais que limitam seu acesso ao mercado formal. Políticas de apoio são fundamentais para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades. O contexto neoliberal, que prioriza a competitividade e a eficiência econômica, muitas vezes marginaliza esses grupos, tornando as políticas de inclusão educacional e social ainda mais necessárias. Segundo as reflexões sobre o impacto do neoliberalismo, todos então, passam a ser convocados, seduzidos, provocados a participar do jogo da inclusão escolar, mas essa participação se dá numa esfera onde as condições de sobrevivência e as oportunidades verdadeiramente equitativas não estão garantidas (SILVA; SOUZA, 2024). Assim, para que a inclusão social se efetive, é essencial que sejam implementadas políticas que garantam igualdade de oportunidades, rompendo com a lógica assistencialista e promovendo um verdadeiro reconhecimento da diversidade e das necessidades desses grupos vulneráveis.

A inclusão social requer ações afirmativas, programas de capacitação, incentivos à contratação de trabalhadores vulneráveis e combate à discriminação. A promoção da igualdade de oportunidades é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. No contexto do neoliberalismo, essas políticas se tornam ainda mais urgentes, já que a lógica de mercado tende a acentuar as desigualdades existentes. É fundamental que as políticas de apoio não apenas garantam o acesso dos grupos vulneráveis aos espaços de trabalho, mas também ofereçam condições que possibilitem a sua efetiva participação e desenvolvimento. Isso implica em repensar a inclusão escolar e social como processos que consideram as singularidades dos indivíduos, em oposição à mera adaptação a padrões produtivos que a lógica neoliberal impõe. A inclusão deve ser vista como um direito,

respeitando as particularidades de cada indivíduo e promovendo um ambiente em que todos possam contribuir e se beneficiar do progresso social e econômico (OLIVEIRA; ARAUJO, 2021).

O empreendedorismo social e as cooperativas de trabalho são alternativas viáveis para enfrentar o desemprego e a precarização no contexto neoliberal. Essas iniciativas permitem que os trabalhadores se organizem coletivamente, promovendo a economia solidária e fortalecendo as redes de apoio comunitário. Trabalhadores que participam de iniciativas de empreendedorismo conseguem melhorias na qualidade de vida e na sensação de pertencimento social. Além disso, o cooperativismo se destaca como uma forma efetiva de promover a inclusão social e econômica, proporcionando um ambiente que estimula a inovação e a criação de soluções para problemas locais. Cooperativas funcionam como catalisadoras, incentivando o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento da autonomia dos trabalhadores, o que é essencial em tempos de crise econômica. O fomento a essas práticas se alinha à ideia de que o empreendedorismo social não é apenas uma alternativa de sustento, mas um caminho para transformar realidades sociais e construir um futuro mais justo e sustentável, conforme discutido por Bento e Monte (2016).

O fomento ao empreendedorismo social e às cooperativas de trabalho deve ser incentivado por políticas públicas que garantam o acesso a crédito, capacitação e suporte técnico. Essas iniciativas são fundamentais para promover a inclusão, reduzir a desigualdade e oferecer alternativas de trabalho dignas e estáveis. Além disso, as cooperativas de trabalho se destacam como uma resposta eficaz à precarização do trabalho no contexto neoliberal, ao permitir que os trabalhadores se unam para criar soluções sustentáveis e autônomas frente ao desemprego. Em um cenário onde as condições de trabalho são frequentemente desafiadoras, o empreendedorismo social pode contribuir para a construção de redes de solidariedade, permitindo que os indivíduos não apenas ocupem posição no mercado, mas também influenciem positivamente suas comunidades através de modelos de negócios que priorizam o bem-estar social. Assim, a articulação entre as cooperativas de trabalho e o empreendedorismo social emerge como uma alternativa viável para enfrentar a crise do emprego e as desigualdades sociais, promovendo uma economia mais justa e inclusiva (ITALVINO et al., 2018).

4. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as complexas relações entre desemprego, precarização do trabalho e a influência do modelo neoliberal, com foco na realidade dos trabalhadores de Corumbá-MS. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que as condições de desemprego e a precarização não são fenômenos isolados, mas resultantes de uma estrutura econômica que prioriza a competitividade, a desregulamentação e a redução de custos em detrimento dos direitos e da dignidade dos trabalhadores. O impacto dessas condições sobre a vida dos trabalhadores é multifacetado, afetando não apenas sua situação econômica, mas também sua saúde mental, relações sociais e percepção de identidade.

O "desemprego oculto", caracterizado por atividades informais e precárias sem a garantia de direitos trabalhistas ou segurança financeira, emergiu como uma realidade silenciosa enfrentada por muitos trabalhadores em Corumbá-MS. Esse tipo de trabalho, que inclui "bicos" e serviços temporários, é promovido pela lógica neoliberal que valoriza a flexibilidade em detrimento da estabilidade. Os dados da pesquisa revelaram que 46,2% dos entrevistados estão nessa condição, lidando com a insegurança constante. Essa situação contribui para a exclusão social, gerando um ciclo de instabilidade que limita as possibilidades de mobilidade social e perpetua a desigualdade.

A análise dos relatos dos trabalhadores evidenciou sentimentos de frustração, vergonha, ansiedade e desamparo, resultantes da internalização do discurso meritocrático. O modelo neoliberal transfere para o indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, ignorando as barreiras estruturais que impedem a ascensão social. Muitos trabalhadores se sentem "culpados" por sua situação de desemprego ou precarização, o que agrava seu sofrimento psíquico e dificulta a construção de uma identidade profissional sólida. A percepção de incapacidade e a desvalorização do trabalho formal geram um impacto profundo sobre a saúde mental, criando um ciclo de sofrimento que afeta tanto o indivíduo quanto suas redes de apoio.

O papel das redes de apoio familiar e social mostrou-se fundamental no enfrentamento das dificuldades impostas pelo desemprego e pela precarização. Os dados revelaram que muitos trabalhadores dependem do suporte emocional e financeiro de suas famílias para sobreviver. No entanto, o modelo neoliberal, ao promover a individualização e a competição, enfraquece essas redes e transfere para o indivíduo a responsabilidade de se "reinventar" no mercado de trabalho. Esse

cenário gera uma pressão adicional sobre os trabalhadores, que se veem como "fardos" para suas famílias e experimentam sentimentos de desamparo e fracasso.

Outro ponto crítico levantado pela pesquisa foi o impacto da escolaridade e da qualificação profissional na inserção no mercado de trabalho. Em um contexto neoliberal que valoriza a "competência" e a "flexibilidade", a falta de acesso à educação de qualidade e a ausência de programas de capacitação eficazes limitam as oportunidades para muitos trabalhadores. A desigualdade no acesso à formação é um dos principais fatores que perpetuam a exclusão social e a precarização do trabalho. A requalificação profissional e reinserção educacional são estratégias fundamentais para combater essas desigualdades, mas precisam ser acessíveis, gratuitas e adaptadas às necessidades dos trabalhadores mais vulneráveis.

A precarização do trabalho, caracterizada pela perda de direitos, insegurança econômica e ausência de garantias, contribui para a perda de identidade profissional e social dos trabalhadores. Em um mercado que valoriza a flexibilidade e a competitividade, os trabalhadores são frequentemente tratados como "substituíveis", o que compromete sua autoestima e sua capacidade de se identificar com suas atividades. A perda de significado no trabalho afeta diretamente a saúde mental, criando um ciclo de sofrimento que reforça a exclusão social e econômica.

O modelo neoliberal promove uma fragmentação das relações sociais, exacerbando o isolamento dos trabalhadores que se encontram fora do mercado formal. O desemprego prolongado afeta as redes sociais e os vínculos comunitários, limitando as possibilidades de reintegração e agravando a sensação de desamparo. A fragmentação das relações sociais é um reflexo da lógica individualista do neoliberalismo, que enfraquece as redes de solidariedade e impede o desenvolvimento de políticas coletivas de enfrentamento.

Para combater os efeitos negativos do neoliberalismo sobre o trabalho é necessário promover políticas públicas que valorizem o trabalho digno e garantam a proteção dos direitos dos trabalhadores. A inclusão social, a valorização do trabalho formal e a promoção de políticas de requalificação profissional são medidas essenciais para mitigar os impactos do desemprego e da precarização. A requalificação profissional deve ser acessível e inclusiva, oferecendo aos trabalhadores as ferramentas necessárias para competir em um mercado que exige habilidades cada vez mais especializadas.

O empreendedorismo social e as cooperativas de trabalho também emergem como alternativas viáveis para enfrentar o desemprego e a precarização. Essas iniciativas permitem que os trabalhadores se organizem coletivamente, promovendo a economia solidária e fortalecendo as redes de apoio comunitário. Em Corumbá-MS, experiências de empreendedorismo social mostraram-se promissoras, oferecendo aos trabalhadores uma maior sensação de pertencimento e estabilidade econômica. No entanto, o fomento ao empreendedorismo social exige políticas públicas de incentivo, como acesso a crédito, capacitação e suporte técnico.

Este estudo apresentou algumas limitações, como a abrangência geográfica restrita e a amostra relativamente pequena, o que sugere a necessidade de ampliar as investigações para outras regiões e contextos. Além disso, é fundamental explorar estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, bem como avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas para a inclusão social.

Em termos de contribuições, a pesquisa mostrou que o desemprego e a precarização vão além de questões econômicas, afetando profundamente a saúde mental e as relações sociais dos trabalhadores. Ao propor uma reflexão crítica sobre a influência do modelo neoliberal, o estudo busca fomentar o debate sobre a necessidade de políticas públicas inclusivas que promovam o trabalho digno e a proteção dos direitos dos trabalhadores. A construção de um mercado de trabalho mais justo e inclusivo depende de um esforço coletivo que valorize a dignidade e a estabilidade no trabalho, garantindo oportunidades iguais para todos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco Dened Lima; NASCIMENTO, Deusemar Cardoso do; ALVES, Rosana Siqueira; ARAÚJO, Elton Amaral de. Neoliberalismo e políticas educacionais no Brasil: influências sobre a Base Nacional Comum Curricular. *In*: BARBOSA, F. C. (org.). **Ciências humanas**: o indivíduo como ponto de partida e chegada. 1. ed. São Paulo, 2020. p. 244-252. DOI: 10.37423/210604355. Acesso em: 04 nov. 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009. link:<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008> Acesso em: 06 nov. 2024.

ANDAKU, Cesar Augusto. Inclusão social em tempos de neoliberalismo: as políticas sociais em São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609223>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ANDRADE, Rosa de Freitas. **Desemprego prolongado e liberdade frágil**: uma análise do desemprego jovem em Portugal pela ideia de capacidade de Amartya Sen. Tese (Doutorado) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/23791>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ARAÚJO, Iara Soares de; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Trabalho e renda no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, v. 18, n. 2, p. 96-111, mai./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13. Acesso em: 07 nov. 2024.

BARBOSA, Livia. Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 1, p. 80–85, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/C474BqZtDmvLxcxNtQR38Vg/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

BENTO, Fátima; MONTE, Ana Paula. As cooperativas como meio de incentivo ao empreendedorismo social. *Região, Gestão e Mercado de Empreendedorismo*, v. 1, n. 6, p. 1-16, nov./dez. 2016. Disponível em: <http://www.regmpe.com.br>.

BRUNI, Luigino; SANTORI, Paolo. Meritocracia: uma ilusão que justifica as desigualdades. IHU On-Line, 06 mai. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608998-meritocracia-uma-ilusao-que-justifica-as-desigualdades>. Acesso em: 07 nov. 2024.

BRUZACA, Ruan Didier; SANTOS, Claudineide Alves dos. Implicações do neoliberalismo na garantia de direitos da pessoa humana em saúde mental: uma análise a partir do contexto da política pública de saúde mental brasileira. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 12, n. 24, p. e16007, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2024.24.16007>. Acesso em: 07 nov. 2024.

CAMARGO, Larissa. Fernandes.; MELO, Renata Bezerra; JACOB, Ivan Lucon. Monteiro. Neoliberalismo e a uberização do trabalho: Desafios para os Trabalhadores Brasileiros na Economia Digital. **Revista Fim do Mundo**, n. 11, p. 212-213, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/download/15577/16814/63398>. Acesso em: 07 nov. 2024.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Desemprego oculto: conceitos e definições**. São Paulo: DIEESE, 2018. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2018/201810pedbsb/9.html>. Acesso em: 06 nov. 2024.

FABIANO, Uelinton C.; BORGES FILHO, Marilton Q. Proteção social no Brasil: desafios do neoliberalismo e perspectivas de equidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 1, e-6628378, 2024. DOI: 10.1590/0101-6628.378. Acesso em: 07 nov. 2024.

FEAC - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Educação profissional: mais que ampliação de vagas, oferta deve estar em sintonia com

demandas do mercado. 2023. Disponível em: <https://feac.org.br/educacao-profissional-mais-que-ampliacao-de-vagas-oferta-deve-estar-em-sintonia-com-demandas-do-mercado/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FERREIRA, Gabriel Ulbricht. Juventude e desemprego: percepções a partir do contexto neoliberal. **Revista Contraponto**, v. 9, n. 2, 2022. ISSN 2358-3541. Acesso em: 07 nov. 2024.

FERRARO, Alceu Ravello. Neoliberalismo e políticas sociais: a naturalização da exclusão. *Estudos Teológicos*, v. 45, n. 1, p. 99-117, 2005. Acesso em: 07 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Vanessa Catherina Neumann; REIS FILHO, Paulo César Rodrigues dos. Precarização social e fragilização psíquica na situação de desemprego severo no município de Corumbá, Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 437-453, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.61050.

FRANCO, Fábio. Luís. Fazer precarizar: neoliberalismo autoritário e necrogovernamentalidade. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021024, 2021.

GARCIA DE ARAÚJO, José Newton. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 1, p. 79-93, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p79-93. Acesso em: 07 nov. 2024.

GARNICA, Vitor Gabriel; SORGI, Amanda Machado; RIBEIRO, Luiz Alberto Pereira. Crise estrutural do trabalho: do exército industrial de reserva à precarização das condições de trabalho e flexibilização de direitos. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 16, n. 2, p. 26-49, ago. 2021. DOI: <10.5433/24157-108104-1.2021v16n2p26>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PBGcFLysHXVXtcfbrhJjdbF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2024.

GUIMARÃES JUNIOR, Sérgio Dias; CARRARA, Maria Rita Soares; ROCHA, Christiane Delusia de Oliveira. Desafios e alternativas às formas de resistência e organização coletiva da classe trabalhadora em contexto de plataformização do trabalho. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 16, n. 4, p. 837-858, out.-dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i4.3369>.

IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Educação e mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/educacao-e-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 07 nov. 2024.

IBRE- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. O impacto da pandemia no mercado de trabalho. Blog do IBRE - FGV, 2020. Disponível em: <https://www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 07 nov. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Impactos da Pandemia de Covid-19 no Mercado de Trabalho e na Distribuição de Renda no Brasil. IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ITALVINO, Lucimar da Silva; COSTA, Priscila Rezende da; GOHN, Maria da Glória; RAMACCIOTTI, Claudio. Formação do empreendedor social e a educação formal e não formal: um estudo a partir de narrativas de história de vida. Ensaio: Avaliação Política Pública Educacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 99, p. 471-504, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002600960>. Acesso em: 06 nov. 2024.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVII, n. 3, p. 135-154, jul.-set. 2014.

LANCMAN, Selma; BARROS, Juliana de Oliveira; HEIN, Daniel T.; SATO, Ana T. Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 44, p. e33, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000006118>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MEDINA FILHO, Antonio Luiz de; RANHA, Antonio; BAUZER, Bruno de Almeida; LOBO FRANCISCO, Marcela; TRANIN, Maria Cecilia. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: emprego digno e crescimento econômico. *Revista de Gestão e Secretariado – GeSec*, v. 15, n. 8, p. 01-17, 2024. DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i8.4166>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MENCHISE, Rose Mary; MENCHISE FERREIRA, Diogo; FERNANDEZ ÁLVAREZ, Antón. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-21, jan-abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MENDONÇA, Nayara Alinne Soares. A família sob a ótica da contemporaneidade neoliberal brasileira: aspectos conceituais, significados histórico-sociais e a matricialidade sócio familiar. Fortaleza: UECE, 2013.

MINAYO GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. Insecurity in the labor market and lack of social protection: challenge for collective. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 2, p. 411-421, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Qualificação Profissional. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/qualificacao-profissional>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Entenda como o etarismo contribui para a exclusão de pessoas idosas do mercado de trabalho formal. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-como-o-etarismo-contribui-para-a-exclusao-de-pessoas-idosas-do-mercado-de-trabalho-formal>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MUNIZ, Hélder Pordeus; TEIXEIRA, Emerson Moraes; OSÓRIO DA SILVA, Cláudia. Desafios colocados pelas estratégias neoliberais de precarização do trabalho para a

pesquisa-intervenção voltada para a transformação das situações de trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p13-27. Acesso em: 04 nov. 2024.

NOVAES, Milena Machado Mendes; CARVALHO, Ana Barreiros De. As implicações da precarização do trabalho no novo contexto social e organizacional. *Revista Valore, Volta Redonda*, v. 4, edição especial, p. 90-102, 2019.

PIOBELO, Felipe Peixoto; MOTA, Daniela Cristina Belchior. A precarização do trabalho no contexto neoliberal: impactos na saúde mental. *Cadernos de Psicologia, Juiz de Fora*, v. 3, n. 6, p. 107-125, jul./dez. 2021. ISSN 2674-9483.

OLIVEIRA, Francélio. Ângelo de; ARAÚJO, Adele Cristina Braga. Inclusão escolar e neoliberalismo: a quem serve a lógica da normalização, performance e competição?. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 24, p. 1–15, 2021. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.24.18109.088. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18109>. Acesso em: 07 nov. 2024.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Educação profissional e tecnológica e neoliberalismo no Brasil: retroceder, treinar e capacitar para a precarização. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 4, n. 1, p. 1-20, jan. 2023 - jun. 2023. DOI:10.12957/rdciv.2023.69526. Acesso em: 07 nov. 2024.

RUSSO, Felipe Mendonça; CORSEUIL, Carlos Henrique. Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Mercado de Trabalho. OIT, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.ilo.org/pt-pt/media/379871/download&ved=2ahUKEwiS8KzU6O2JAxXUrpUCHbiQBcEQFnoECB8QAQ&usq=AOvVaw3lp5qJcMnz3-MA-ITg1RB->. Acesso em: 06 nov. 2024.

SANTOS, Shilton Roque dos; ALVES, Yossonale Viana; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Estado neoliberal e educação profissional no Brasil: transformações de paradigmas em nosso circuito histórico. **Revista de Educação Profissional**, Brasília,

v. 18, n. 98, p. 612-633, abr./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i98.5000>.

Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, Karine Carneiro de Oliveira; CAVAIGNAC, Mônica Duarte. **DESEMPREGO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.** , ago. 2018. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51347-14072018-185256.pdf>

SILVA, Lázara Cristina da; SOUZA, Vilma Aparecida de. Tensão neoliberal: a inclusão educacional não é mais necessária?. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. e5095, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n6-205. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5095>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SILVA, Maria Angélica Ferreira da. **Um estudo sobre a relação de emprego informal na Feira BrasBol, na cidade de Corumbá (MS).** Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS, 2009.

SILVA, Thiago. Meritocracia, discurso para o imobilismo social. **Outras Palavras**, 01 set. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/meritocracia-discurso-para-o-imobilismo-social/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SIQUEIRA, Perla Santana de; MACÊDO, Kátia Barbosa; ARÃO, Isabelle Rocha; CANUTO, Luciana Garrido. O trabalho das diaristas através das plataformas digitais: a precarização e o impacto em sua saúde mental. **Trabalho (En)Cena**, v. 9, e024010, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024010>. Acesso em: 07 nov. 2024

STUCHI, Victor Hugo N. A valorização do trabalho humano como forma de realização do ideal de justiça social. **Scientia FAER**, Olímpia - SP, Ano 2, Volume 2, 1º Semestre, p. 130-139, 2010.